

PESSOA COM AUTISMO, PESSOA AUTISTA OU AUTISTA: OBJETIVAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO EM UM ARQUIVO CIENTÍFICO

PERSON WITH AUTISM, AUTISTIC PERSON OR AUTISTIC:
OBJECTIVATION AND SUBJECTIVATION IN A SCIENTIFIC ARCHIVE

Mônica da Silva Cruz¹

Universidade Federal do Maranhão

Vanessa de Jesus Araujo²

Universidade Federal do Maranhão

Resumo: Com base em postulações foucaultianas sobre arquivo, sujeito e poder, este artigo busca analisar a objetivação da pessoa autista em artigos científicos de uma plataforma de trabalhos sobre Ciências da Saúde. A perspectiva adotada para análise é essencialmente arqueológica (Foucault, 2008), tendo por alvo descrever as regras que regem as práticas discursivas de uma sociedade. Partindo da observação de enunciados utilizados para se referir à pessoa autista, muitas vezes considerados inadequados por essas próprias pessoas, a pergunta que norteia este estudo é: como a pessoa autista é objetivada/subjetivada no discurso de médicos e outros profissionais da saúde? A metodologia é de base qualitativa e, como procedimento metodológico, analisamos resumos de trabalhos científicos da plataforma LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Os resultados evidenciam que a objetivação das pessoas autistas retrata relações de saber-poder entre instituições, técnicas de disciplinarização e regulamentação. Essas práticas discursivas fazem do sujeito autista um efeito, uma construção que vai além dos traços biológicos desse corpo.

Palavras-chave: Objetivação; Subjetivação; Autismo.

Abstract: Based on Foucault's postulations on archive, subject and power, this article seeks to analyze the objectification of autistic people in scientific articles from a platform of works on Health Sciences. The perspective adopted for analysis is essentially archaeological (Foucault, 2008), aiming to describe the rules that govern the discursive practices of a society. Starting from the observation of statements used to refer to autistic people, often considered inappropriate by these people themselves, the question that guides this study is: how are autistic people objectified/subjectified in the discourse of doctors and other health professionals? The methodology is qualitative and, as a methodological procedure, we analyzed abstracts of scientific works from the LILACS platform (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences). The results show that the objectification of autistic people portrays knowledge-power relations between institutions, disciplinarization techniques and regulation. These discursive practices make the autistic subject an effect, a construction that goes beyond the biological traits of this body.

Keywords: Objectification; Subjectification; Autism.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras)/UFMA.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras)/UFMA.

Introdução

No percurso da obra foucaultiana, em seu primeiro eixo, o *saber*, o autor destaca uma ideia central: a produção do conhecimento considerado científico tende a apagar certa parte da história, ignorando aqueles (ou aquilo) que, por razões variadas, são julgados como não relevantes para a sociedade. Assim, ao analisar a desrazão e as práticas de confinamento psiquiátrico em diferentes épocas, Foucault encontra motivações políticas e relações de poder que levaram ao surgimento das diferentes formas de exclusão que envolveram o sujeito em sofrimento mental ou psíquico. Em *A arqueologia do saber*, ele esclarece que certas condições sociais aproximam o saber dos poderes de uma sociedade, concluindo que a produção dos saberes e a verdade como determinação científica não são naturais ou neutras, pois “não estão isentas de relações de poder” (Rocha, 2011, p. 18).

Nessa linha, nossa proposta é refletir sobre a constituição do sujeito autista a partir de um campo do saber autorizado a falar sobre esse tema — o saber científico. De maneira mais específica, analisamos resumos de três artigos científicos produzidos por médicos e outros profissionais da saúde, publicados na plataforma Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), sobre estudos acerca do autismo. Nosso intuito é contribuir para transformações necessárias às práticas políticas, educacionais, culturais e, ainda, para a ampliação do conhecimento que temos atualmente sobre o tema.

Partindo da observação de enunciados utilizados para se referir à pessoa autista, muitas vezes considerados inadequados por essas próprias pessoas, a pergunta que norteia este estudo é: como a pessoa autista é objetivada no discurso de médicos e outros profissionais da saúde?

Como lente de análise, utilizamos o método arqueológico, de Michel Foucault (2008), especialmente, explicitado em sua obra *A arqueologia do Saber*, segundo a qual, perscrutando o discurso em sua existência material, chegamos a práticas que obedecem a regras de formação, de existência, de coexistência e a sistemas de funcionamento que constituem as práticas discursivas de um campo.

Consideraremos também o conceito de arquivo, conforme estabelecido por

Michel Foucault (2008). Para o autor, o arquivo se constitui de um espaço em que é possível identificar regras de formação, de enunciabilidade, lugar firmado “entre a tradição e o esquecimento”, o qual “faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e ao mesmo tempo se modificarem regularmente”. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados (Foucault, 2008, p. 147). O arquivo deve ser analisado não com a preocupação de examinar os movimentos do enunciado em uma temporalidade, mas para identificar as continuidades e rupturas constitutivas das práticas discursivas que movem o enunciado, elemento essencial para a compreensão da constituição da pessoa autista no arquivo por nós estudado. Dessa forma, conceitos como enunciado, discurso, verdade, arquivo, poder, disciplina são fundamentais para as reflexões aqui levantadas.

Este artigo se organiza da seguinte forma: inicialmente, apresentamos alguns conceitos referentes à arqueologia do discurso; tratamos sobre o Arquivo do Transtorno do Espectro Autista (TEA), no período de 2000 a 2019; em seguida, explicamos a dinâmica dos procedimentos metodológicos do trabalho; e realizamos uma análise arqueológica do arquivo científico. Por fim, trazemos nossas considerações finais.

2. CONCEITOS PARA UMA ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA

Nesta seção, faremos, primeiramente, algumas esclarecimentos sobre aspectos teóricos fundamentais para o enfoque da análise e, em seguida, trataremos de alguns outros conceitos como enunciado, discurso, arquivo e sujeito, elaborados por Foucault.

De acordo com Gregolin (2016, p. 8), Michel Foucault aborda questões de poder e de produção de saberes “[...] a partir de três modos de produção histórica das subjetividades”. N’A *Arqueologia do Saber*, “pesquisou diferentes campos de investigação que buscam constituir-se como ciência e que produzem, como efeito, a objetivação do sujeito”, debruçando-se sobre a história da loucura, da medicina e de campos do saber que analisaram temas relativos à vida, à linguagem e ao trabalho. Nos anos de 1970, ele trata das articulações entre os saberes e os poderes, a partir de uma *genealogia do poder*, das quais conclui “que nossa sociedade se organiza em uma *microfísica do poder*” (Gregolin, 2016, p. 8-9). Em um terceiro momento, por volta dos “anos 1980, investigou processos de subjetivação a partir de *técnicas de si* e da *governamentalidade*”, realçando conceitos sobre “o governo de si e dos outros,

orientando suas pesquisas na direção da sexualidade, da constituição histórica de uma *genealogia da ética* (*História da Sexualidade*, em três volumes)” (Gregolin, 2016, p. 9). A autora afirma que podemos compreender o percurso das proposições foucaultianas em perspectiva *arqueogenealógica*, pois suas pesquisas sempre estiveram envolvidas na dimensão dos saberes e dos poderes.

Em *Dois Ensaios Sobre o Sujeito e o Poder*, Foucault declara que o fio condutor de sua obra é a preocupação sobre a constituição do sujeito (Dreyfus & Rabinow, 1995), os processos de subjetivação — entendidos como construção histórica que se realiza por meio de práticas discursivas. Essas práticas se constituem por discursos, os quais, segundo uma arqueologia analítica, devem ser compreendidos a partir das unidades que o formam — os enunciados. Para a avaliação dos enunciados, é necessário “determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados”, ou seja, estabelecer uma lei de raridade, e, nessa tarefa, alguns aspectos são fundamentais, como considerar que nem tudo é sempre dito, mesmo que a língua seja entendida como uma combinação infinita de signos (Foucault, 2008, p. 135). Assim, os discursos circulam em um arquivo, local físico ou abstrato, onde “são criadas condições de possibilidade de insurgência de algumas práticas discursivas, nascidas sob a égide de regularidades específicas”. (Salcedo, 2022, p. 109). Para Foucault (2004, p. 147), “o arquivo é o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”.

A arqueologia, entendida como modo de compreensão das condições de emergência de um saber, abre possibilidades de interpretar as práticas discursivas. Essa análise opera por meio de conceitos como: enunciado, descontinuidade e especificidade. Sob esse viés analítico, os documentos históricos não são analisados como signos de alguma coisa, dos quais poderia ser extraído um sentido, mas como práticas discursivas, isto é, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem para uma época dada e para uma área social econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2008, p. 133).

Núcleo das práticas discursivas, o enunciado não dispõe de “um sujeito individual, nem alguma coisa semelhante a uma consciência coletiva, nem uma subjetividade transcendental”; pois se trata de “um campo anônimo cuja configuração [define] o lugar

possível dos sujeitos falantes” (Foucault, 2008, p. 138). A descrição do enunciado não pretende chegar a uma “totalidade fechada e pletórica de uma significação”. Assim, descrevemos, nesta pesquisa, “um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade”, para reencontrarmos “não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo”. Logo, não buscamos “revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia”, mas, sim, “estabelecer [...] uma positividade” (Foucault, 2008, p. 141) — positividade essa que se edifica em torno de regras sociais, culturais, geográficas, econômicas, políticas, científicas e muitas outras regras vigentes em uma época.

Cabe-nos ressaltar que o método arqueológico “não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica [...]”, ao invés disso, busca “o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte.” (Foucault, 2008, p. 149).

Utilizando-nos do pensamento de Foucault (2008, p. 137), o discurso pode ser considerado “um bem — finito, limitado, desejável, útil — que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização”. Um “bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política”.

O conceito de arquivo, conforme dito anteriormente, é fundamental para o solo analítico deste estudo, haja vista que buscamos analisar um arquivo relativo ao autismo, vinculado à formação discursiva das Ciências da Saúde. O arquivo “dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor, sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele nos separa”. Ainda é importante destacar que ele é formado por enunciados os quais fazem parte de um domínio, o qual se articula “segundo *a priori* históricos, [...] por diferentes tipos de positividade e escandido por formações discursivas distintas” (Foucault, 2008, p. 148).

Ao investigar os discursos e suas práticas, Foucault envereda pelos estudos sobre “o poder”. Conforme assevera, o poder deveria ser pensado a partir de um mirante

diferente daquele que as teorias marxistas já faziam e, então, propõe pensá-lo em relações mais pontuais, considerando que ele está por toda parte — e em todos os tipos de relações. Nessa linha, o autor desenvolveu pesquisas sobre o exercício do poder e concluiu que ele está ligado a formas de governo — no sentido que essa palavra abrangia no século XVI, referindo-se “não apenas a estruturas políticas ou administrativas dos estados, mas a forma pela qual os indivíduos ou grupos podiam ser dirigidos.” (Gore, 1994, p. 12). Desse modo, governar, na visão foucaultiana, significa antever o campo de ação de outros.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2001) localiza uma ruptura na forma de governo do poder soberano, então situado no centro das atenções dos súditos. O poder soberano perde aos poucos essa centralidade e torna-se quase invisível, atuando em forma de tecnologias normalizadoras do eu, por meio de práticas disciplinares. Essa forma de manifestação foi chamada, por Michel Foucault, de “poder disciplinar” e, nessa modalidade, são os súditos que devem ser vistos. O autor tratou, então, de localizar, por meio de suas pesquisas, as tecnologias do poder disciplinar, voltando-se para “a investigação de instituições, seus edifícios”, “suas doutrinas”, “suas práticas” e “tecnologias”, observando de que maneira essa capilaridade do poder formava os sujeitos (Gore, 1994, p. 13).

O autor considerava que, em certo momento da história, com o surgimento do capitalismo, o poder passa a dominar individualmente e populacionalmente os corpos — em uma engenharia de produção de subjetividades. Nasce, dessas reflexões, o conceito de biopoder, uma espécie de técnica que visa à criação de corpos produtivos, economicamente, e dóceis, politicamente (Foucault, 2001).

Associado ao conceito de biopoder, o autor francês desenvolve o conceito de biopolítica, para denominar uma forma de gestão das populações, “uma grande medicina social que visa governar a vida”, gerenciando sua saúde, higiene, sexualidade, longevidade, natalidade etc. (Revel, 2005, p. 27). No tópico a seguir, comentamos de que modo esses poderes estão presentes na história do autismo.

3. O AUTISMO E A DISCIPLINA DO CORPO POPULACIONAL

Compreender a emergência do autismo como um modo de produção de subjetividade passa pelo conhecimento de acontecimentos científicos identificados, sobretudo, no século passado. No campo científico, o primeiro registro que se tem sobre

o assunto é um artigo³ de Leo Kanner sobre o diagnóstico de autismo, da década de 1940, conforme explicita Temple Grandin⁴ (2022).

Em obra recente, intitulada *O cérebro autista – pensando através do espectro*, Grandin (2022) reconstitui uma parte do percurso científico vinculado ao autismo entrelaçando-o à sua própria experiência na qualidade de pessoa autista, pesquisadora e participante de importantes estudos com Ressonância Magnética Nuclear (RMN), nos quais se busca entender, principalmente como são as estruturas internas da anatomia cerebral; e, ainda, como funcionam tais estruturas quando estimuladas pela visão, tato, audição etc. Nessa perspectiva, a autora explica que o autismo — ainda — não é diagnosticado com exames laboratoriais, sendo necessárias avaliações e observações comportamentais para que se chegue a um resultado. Desse modo, apesar da ampla lista de critérios elencados pelo atual *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-V), os diagnósticos dependem de análises médicas muito subjetivas, já que os comportamentos são variáveis, a depender de cada pessoa.

A respeito das concepções de autismo, Grandin elucida que termos como “autismo” e “autista” mal apareciam na primeira edição do DSM, de 1952, — sendo utilizados apenas em descrições dos sintomas da esquizofrenia.

Convém destacar que o DSM é um manual criado pela Associação Americana de Psiquiatria (AAP), com o objetivo de uniformizar critérios de identificação de desordenamentos da mente e das emoções. Esse documento surge após várias mudanças na forma de entender os comportamentos mentais, desde tempos remotos, em que se associava a loucura a causas sobrenaturais, religiosas, míticas, até o entendimento desses comportamentos como doença, no início do século XIX (Foucault, 2014). Segundo Silva e Pechula (2016), nesse momento, a atenção sobre delírios, alucinações, condutas violentas se dissolve e o foco passa a ser a classificação de comportamentos e experiências dos indivíduos em sofrimento mental. Ao escrever uma história da loucura, de modo arqueológico, Foucault (2014) destaca que as condições históricas, econômicas, políticas, filosóficas e outras realidades dessa época levam o saber médico a classificar

³ No início do século XX, em 1908 (BRASIL, 2018), Paul Eugen Bleuler (1857-1939), médico suíço, utiliza a palavra “autismo” para descrever comportamentos de um paciente esquizofrênico, considerando a origem da palavra — do grego *autós*, que significa “de si mesmo”.

⁴ Em 1965 (BRASIL, 2018), é criada a “máquina do abraço”, por Mary Temple Grandin — autista nascida em Boston (EUA), em 29 de agosto de 1947. Além de psicóloga e professora universitária, é também mestra e Ph.D em Zootecnia.

vários comportamentos como desviantes — objeto de estudo e de práticas médicas.

No fim do século XIX e início do século XX, Emil Kraepelin se destacou como o sistematizador da psicopatologia descritiva, propondo um quadro classificatório de doenças psiquiátricas. Em um período de 30 anos, foram elaboradas oito edições do seu Manual de Psiquiatria, sendo que todas elas sempre sofreram algum tipo alteração, apontando que os comportamentos mudavam muito de paciente para paciente. O objetivo de Kraepelin era traçar as diferenças entre os vários tipos de sofrimento mental com base na observação empírica e, assim, dar a esses sintomas o mesmo estatuto das doenças físicas tratadas pela medicina (Silva; Pechula, 2016).

Do ponto de vista das relações de poder, podemos dizer que o DSM é uma tecnologia de ordenamento de um saber sobre as subjetividades que não se moldam a uma normalidade acolhida como aceitável pela sociedade. Trata-se de uma prática médica constituída para ser uma forma social de conformação dos sujeitos.

No campo da saúde esse Manual é básico para orientação aos especialistas da Psiquiatria e da Psicologia, sobretudo no campo escolar. O DSM é considerado, no campo clínico, uma referência confiável para o estabelecimento de diagnósticos sobre transtorno mental (Silva & Pechula, 2016, p. 3).

Assim como aponta Grandin (2022), as autoras da citação acima verificaram que, entre as edições do DSM-III, DSM-III-R, DSM-IV e DSM-V, “o manual divulga novos critérios de significações descritos sob recortes de valores sociais, delimitando, segundo necessidades de ordem estatais, o que é ou não doença mental.” (Silva & Pechula, 2016, p. 12).

Em se tratando do autismo, na segunda edição do DSM, em 1968, as referências a ele continuaram sendo vinculadas à esquizofrenia e não a um diagnóstico próprio. Grandin apresenta algumas das expressões aí presentes, como: “pensamento autista”, “comportamento autista, atípico e introvertido” (Grandin, 2022, p. 19). Em 1980, o DSM-III é publicado, listando o autismo infantil em uma categoria mais ampla: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Uma série de critérios é estabelecida para se chegar a esse diagnóstico e, como explica Grandin, um deles “era a ausência de sintomas que sugerissem esquizofrenia” (2022, p. 21). Já em 1994, é publicado o DSM-IV, o qual inclui a Síndrome de Arperger, complicando ainda mais a definição de autismo, mas também, por outro lado, contribuindo para sua difusão como espectro.

Além dessas descontinuidades e das confusões com outros diagnósticos, Grandin

também comenta que, com a revisão do DSM-IV, em 2000, são utilizadas “alternativamente *transtorno global do desenvolvimento e transtorno do espectro autista* (ou TEA)”. Daí, há uma maior incidência da detecção do transtorno, visto que existe um “novo diagnóstico a ser atribuído a uma série de comportamentos familiares”, então, começa a surgir a ideia de “‘epidemia’ de autismo”. Simultaneamente, e com razão, outros diagnósticos começam a diminuir, dentre os quais, a autora menciona “transtornos da fala/linguagem” e “retardo mental” (Grandin, 2022, p. 23-24).

Sobre o mais atual DSM, o DSM-5, de 2014, Grandin (2022, p. 27) considera que, “infelizmente [...], não esclarece nada”. Ela não desconsidera que nosso conhecimento sobre o tema tenha aumentado desde 1940, mas ainda “estamos tão confusos como antes”.

Outro parâmetro criado pela medicina com o intuito de caracterizar as doenças mentais é a *Classificação Internacional de Doenças para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade* (CID-11)⁵, documento que enquadra patologicamente, por meio de códigos alfanuméricos, sintomas corporais e mentais. Especificamente em seu capítulo 6, inclui-se o TEA como parte dos “Transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento”, os quais são descritos como: “síndromes caracterizadas por distúrbios clinicamente significativos na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo”, esses “refletem uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental e comportamental”, nesse sentido, “geralmente estão associados a sofrimento ou prejuízo no funcionamento pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou em outras áreas importantes do funcionamento.”

Nesse documento disciplinarizante, o Transtorno do espectro do autismo é classificado alfanumericamente como 6A02, sendo caracterizado:

[...] por déficits persistentes na capacidade de iniciar e sustentar interação social recíproca e comunicação social, e por uma série de padrões de comportamentos e interesses restritos, repetitivos e inflexíveis que são claramente atípicos ou excessivos para a idade do indivíduo e contexto sociocultural. O início do transtorno ocorre durante o período de desenvolvimento, geralmente na primeira infância, mas os sintomas podem não se manifestar completamente até mais tarde, quando as demandas sociais excedem as capacidades limitadas. Os déficits são suficientemente severos para causar prejuízo na vida pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou em outros campos importantes de funcionamento, e são geralmente uma característica do funcionamento do indivíduo observável em todos os contextos, embora possam variar de acordo com o contexto social, educacional ou outro. Os indivíduos do espectro exibem uma gama completa de funcionamento intelectual e de

⁵ VERSÃO 02/2022. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>

habilidades de linguagem. (WHO [OMS], 2022).

De forma detalhada, o CID-11 (WHO [OMS], 2022) apresenta as principais especificidades do TEA, a partir de codificações derivadas do 6A02, em *Transtorno do espectro do autismo (TEA)*, *subclassificações*.

Anteriormente, de acordo com o *Manual de Orientação do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento*, de nº 5, publicado em abril de 2019, o Autismo já vinha sendo entendido como “Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)”, ou seja, “um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos.” Acrescenta-se, ainda, que esses “sintomas configuram o núcleo do transtorno, mas a gravidade de sua apresentação é variável”, sendo considerado um “transtorno pervasivo e permanente, não havendo cura, ainda que a intervenção precoce possa alterar o prognóstico e suavizar os sintomas”.

Esses documentos — DSM, CID e Manual de Orientação do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento —, colocados em perspectiva, atestam a relação intrínseca existente entre o saber médico e o poder que ele exerce sobre o corpo dos indivíduos, em suas diversas camadas. Assim, apontam os traços mais comuns em pessoas autistas e, com base nessa descrição, o saber científico inicia um conjunto de práticas terapêuticas que visam controlar esses corpos, com a prerrogativa de que elas possam ser aceitas como “normais”, tornando seus corpos mais produtivos e úteis à sociedade.

No próximo item, apresentamos os critérios de seleção do arquivo que nos interessa analisar.

4. O CENÁRIO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para a escolha do *corpus* deste estudo, conforme apontado, lançamos mão da noção de arquivo, proposto por Foucault (2008, p. 147), segundo a qual o arquivo é pensado como o “sistema de enunciabilidade”, um “sistema de funcionamento do enunciado-acontecimento”, sendo que “[ele] diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria.” Assim, selecionamos o saber médico para avaliação das práticas discursivas que objetivam a pessoa autista, partindo da observação de que esse saber é, em geral, considerado um dos lugares mais autorizados a

falar sobre o tema. Desse princípio, iniciamos uma busca por artigos de profissionais da saúde na internet e chegamos à plataforma Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Atualmente, com 37 anos de existência, essa base de dados foi escolhida como o *locus* de coleta dos artigos e nela nos deparamos com textos produzidos não só por médicos, mas por outros profissionais de saúde. A escolha da plataforma se deu, basicamente, por ser esse espaço considerado a principal fonte de informação da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), onde são registrados e publicados documentos técnico-científicos das áreas de ciências da saúde, produzidos na América Latina e no Caribe. Além disso, a LILACS foi escolhida por fazer parte dos produtos e serviços da OMS (Organização Mundial de Saúde), haja visto que a BVS é promovida e coordenada pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), por meio do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), criado em 1967⁶.

Segundo o site da BVS⁷, os periódicos indexados na LILACS obedecem a critérios consolidados internacionalmente para a garantia e controle de qualidade a fim de serem selecionados e permanecerem na rede. Esse aspecto nos remete ao que afirma Michel Foucault (1999) sobre a vontade de verdade que cerca toda produção discursiva. Na plataforma, a vontade de constituir os artigos como verdades irrefutáveis é amparada por certos procedimentos, como: a “revisão por pares, o comitê editorial, a regularidade de publicação, a periodicidade, entre outros procedimentos de controle dos discursos científicos”. Vale frisar que, mesmo esse arquivo pertencendo a um campo de verdades consagradas, com base em fragmentos, pistas e indícios, pelo olhar arqueológico, é possível identificar rupturas na produção desse saber. Essa observação deriva da proposta de Foucault (2008, p. 4) para que se desloque a ideia de análise por meio de “épocas” ou “séculos” para a de “fenômenos de ruptura”. Assim, continua o autor:

Sob as grandes continuidades do pensamento, sob as manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva, ou sob o devir obstinado de uma ciência, sob a persistência de um gênero, de uma forma, de uma disciplina, de uma atividade teórica, procuramos identificar incidências das interrupções, cuja posição e natureza são, aliás, bastante diversas.

⁶ Informações retiradas do site da BIREME: <https://www.paho.org/pt/bireme>.

⁷ <https://lilacs.bvsalud.org/periodicos-lilacs/criterios-de-selecao-e-permanencia-de-periodicos-2010/>.

A seleção desse arquivo nos faz, portanto, destacar o que pensa Michel Foucault sobre a construção das verdades como processos permeados por relações de poder. Nessa direção, mesmo considerando todas essas características que legitimam a plataforma LILACS como um lugar de credibilidade para as informações sobre o autismo, não podemos ignorar que o saber científico também é composto de continuidades e de rupturas em relação a verdades de uma época.

Após essa breve explanação sobre o *locus* da nossa pesquisa, cabe ressaltar os critérios utilizados para defini-lo. Levando em conta o objeto de estudo sobre o qual nos debruçamos, utilizamos palavras-chave relativas ao tema e, também, filtramos os resultados da pesquisa, na busca avançada da BVS, a fim de que tais palavras fossem consideradas quando aparecessem no título, resumo ou nos assuntos dos trabalhos publicados. Ao utilizar as palavras *autismo*, *ciência* e *discurso*, ao todo, na base de dados da LILACS, foram encontrados apenas quatro artigos publicados. Com isso, decidimos utilizar apenas as duas primeiras palavras, sendo, então, encontrados 31 artigos.

Entre esses artigos encontrados, foram considerados apenas os trabalhos dos quais pelo menos um dos autores era médico ou profissional da saúde diretamente ligado ao processo de diagnóstico ou de cuidados com a pessoa autista — como neurologistas, psiquiatras, psicólogos e outros. Em seguida, para o refinamento da pesquisa, eliminamos os trabalhos que faziam referência apenas ao TEA e não ao sujeito, dessa forma, reunimos uma amostra de três artigos.

Como já mencionado, realizamos nossa análise com base em uma arqueogenealogia, a qual intenta compreender, principalmente, como e por que se constituem certos saberes sobre o homem. Para esse fim, importa-nos compreender as relações entre saberes científicos e não-científicos e as práticas sociais que se caracterizam como suas condições de possibilidades. Desse modo, para uma leitura arqueológica de um tema, deve ser realizada uma análise ao nível do próprio discurso.

Seguindo esse entendimento, nesta pesquisa, buscamos enunciados, pronunciados e materializados nos resumos dos artigos científicos selecionados e, obviamente, não desconsideramos os fatores sociais, políticos, geográficos e econômicos que atravessam o sistema que rege a enunciabilidade dos dados, suas condições de aparecimento nem as regularidades da dispersão que lhe é própria ao longo das transformações pelas quais passa (Foucault, 2008).

Conforme esclarecem Giacomoni e Vargas (2010, p. 122), em suas análises, Foucault “eleva tudo aquilo que as pessoas disseram e dizem ao estatuto de acontecimento”, instaurando-se uma “realidade discursiva”, na qual o homem é um ser discursivo que constrói sua própria existência através da linguagem. É daí que ele propõe: “os sujeitos e objetos não existem *a priori*, são construídos discursivamente”.

Considerando essas ponderações, na seção seguinte, apresentamos o arquivo de nossa pesquisa e fazemos algumas reflexões sobre os dados a partir de um mirante arqueogenealógico.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos os dados encontrados em nossa pesquisa, por meio de uma tabela, sendo explicitados os enunciados relacionados aos autistas, verificados nos resumos de artigos científicos publicados na LILACS, no período de 2000 a 2019. Tais enunciados constituem o discurso de profissionais que, ligados às Ciências da Saúde, desenvolvem trabalhos relacionados ao tratamento de “comorbidades e alterações associadas” ao TEA (Silva & Mulick, 2009, p. 119). A tabela seguinte objetiva uma visualização dos enunciados emergentes, a partir da apreensão de sua “irrupção no lugar e no momento em que se produziu (Foucault, 2008, p. 138).

Tabela 1: OBJETIVAÇÃO DE AUTISTAS EM RESUMOS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DA LILACS (2000-2019)

1	Autismo e mapas corticais (2000)	transtorno mental; crianças autistas ; síndrome; autismo; pacientes autistas ; transtorno.
Autoras: Psiquiatra; Neurologista; Pediatra		
2	Efectividad y seguridad de las terapias ABA (Applied Behavioral Analysis-ABA) para el tratamiento de personas con trastorno del espectro autista (2014)	personas con trastorno del espectro autista ; pacientes con TEA ; autismo en jóvenes.
Autores: Médica Epidemiologista; Médico Epidemiologista; - Neuropediatra; Fisioterapeuta e Psicóloga		
3	Especialismo, especificidade e identidade - as controvérsias em torno do autismo no SUS (2019)	autismo no SUS; familiares de autistas ; pais de autistas ; identidade social e política para os autistas ; transtornos do espectro autista; autismo.
Autores: Psicóloga; Médico		

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ao identificarmos os enunciados apresentados na tabela 1, destacamos, mais uma vez, que nosso objetivo está voltado para a descrição dos jogos de relações entre eles —

seja entre grupos de enunciados e/ou entre enunciados e acontecimentos de outras ordens (política, social, econômica, geográfica etc.) —, ainda que, conforme Foucault (2008, p. 32), “escapem à consciência do autor”, e que tais enunciados partam de diferentes autores. Assim, não pretendemos apenas interpretar os fatos enunciativos que os fizeram emergir, mas analisar sua coexistência, sucessão, funcionamento e transformação independente e/ou correlativa, sem a intenção de descrevermos todas as relações que possam existir ou vir a aparecer.

Conforme Foucault (2008, p.138), na análise enunciativa, não importa “quem fala, se manifesta ou se oculta no que diz” (FOUCAULT, 2008, p. 138), pois é mais relevante observar o lugar de onde se enuncia. Nessa direção, no levantamento realizado nessa plataforma, encontramos apenas três artigos produzidos por médicos — do total de 31 —, quais sejam: 1) *Autismo e mapas corticais*; 2) *Efectividad y seguridad de las terapias ABA (Applied Behavioral Analysis-ABA) para el tratamiento de personas con trastorno del espectro autista*; e 3) *Especialismo, especificidade e identidade - as controvérsias em torno do autismo no SUS*.

Importante pontuar que, no universo da pesquisa, constituído por 31 artigos, a grande maioria dos textos é produzida por fonoaudiólogos (nove artigos), seguidos de trabalhos articulados por psicólogos (cinco artigos), consecutivamente se apresentam estudos produzidos por enfermeiros, dentista, bacharel em física, Engenheira civil, Bacharel em Ciências da Computação, entre outros. Nessa amostra, observamos que os dois trabalhos realizados por brasileiros usam o termo “autistas”, tanto o trabalho do ano 2000 quanto o de 2019. Já o artigo elaborado pelo médico, da cidade de Bogotá, publicado em 2014, vale-se da designação “persona con transtorno del espectro autista”. Esses dados apontam também que há poucos médicos escrevendo sobre o assunto e que há outras áreas mais envolvidas na pauta sobre o autismo, no domínio da produção científica.

Os enunciados referentes a pessoas autistas, encontrados em nosso levantamento, são os que seguem: crianças autistas; pacientes autistas, “personas con trastorno del espectro autista”; “pacientes con TEA”. Pelas lentes foucaultianas, esses termos são enunciados porque, mais do que nomear essas pessoas, eles constroem subjetividades, memórias para a pessoa autista, pois, nessa abordagem, a linguagem não apenas se refere à realidade, mas a constitui.

Segundo Chimura (2020), a designação “autista” é a preferida por muitos autistas

e ativistas, por considerarem que nessa expressão não há uma separação entre o indivíduo e sua condição. Outro argumento sustentado por quem prefere a palavra é que, quando destacamos uma característica positiva de uma pessoa, costumamos adjectivar esse atributo. Assim, não falamos pessoa “com inteligência”, mas sim “pessoa inteligente”.

Por outro lado, há quem acredite que essa forma de nomear os autistas manifesta interesse maior na condição e não na pessoa. Já as expressões do tipo pessoa “com TEA”, pessoa “com autismo”, pessoa “com diagnóstico pertencente aos Transtornos do Espectro do Autismo” — formadas pela palavra “pessoa” seguida da preposição “com” mais um sintagma nominal — sugerem que o foco das atenções recai sobre a pessoa. Há ainda aqueles que, de outro modo, observam em enunciados como “criança autista”, ou “pessoa autista”, ou simplesmente “autista” uma pressuposição de que o autismo é um traço que faz dessas pessoas alguém diferente de outras por terem uma experiência de vida diferenciada. Dessa maneira, os sentidos que percorrem as palavras acionadas para designar a pessoa autista são constantemente problematizados, pois, para muitos, elas podem romper certos valores, capacidades da pessoa autista, colocando-a à margem das interações sociais e aliados de seus direitos.

Ainda em perspectiva foucaultiana, é necessário analisar quais outras formas de enunciação determinado enunciado exclui, o que significa que busquemos compreender e evidenciar por que o enunciado ocupa um lugar que nem um outro ocupa. Dessa forma, Foucault (2008, p. 31-31) sugere que o enunciado deve ser considerado um acontecimento discursivo singular, do qual devemos buscar recompor a sua singularidade. Nessa linha, a seguir, expandiremos nossas reflexões sobre o enunciado referente à pessoa autista como elemento importante no processo de inclusão ou exclusão dessas pessoas, considerando alguns movimentos discursivos relativos à designação de pessoas com deficiência no Brasil.

Conforme estudo desenvolvido por Sassaki (2011), há vários momentos na história em que a referência a pessoas com alguma deficiência sofreu fraturas. Entre os anos de 1960 e 1999, por exemplo, o termo “inválido” aparecia em decretos, jornais e revistas de grande circulação no Brasil, e imputava às pessoas um sentido de socialmente inútil, um fardo para a família, um “peso morto” para a sociedade. No período compreendido entre os anos 1960 e 1970, o autor aponta que emergiu a denominação “incapacitado”, em documentos midiáticos, o que sugeria que a deficiência, de todo tipo,

eliminava ou limitava a capacidade da pessoa em vários aspectos: físico, psicológico, social, profissional, cognitivo e outros.

O autor segue com uma lista de palavras e expressões que emergiram para se referirem a pessoas de algum modo diferente da parte da população vista como “normal”, e, entre essas palavras, cita também: defeituosos, excepcionais e indivíduos deficientes. Esta última expressão foi substituída, em 1981, por “pessoa deficiente”, em uma reivindicação das Organizações de Pessoas com Deficiência à ONU, que deu o nome de “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” ao ano de 1981. Nesse momento, ao invés de ser usado o adjetivo ou substantivo “deficiente”, o termo passou a ser usado com locução adjetiva, a exemplo de pessoa “com deficiência”, o que produziu efeitos mais positivos na forma como essas pessoas eram vistas pelos demais e, assim, passaram a ser entendidas dentro de uma nova ordem.

Entre os anos de 1988 e 1993, o estudioso afirma que surgiu a expressão “portador de deficiência” — havendo também a frequente ocorrência de “portador de autismo” —, mas foi amplamente contestada porque a palavra “portador” aludia à semântica de “carregador”, pessoa que “leva” uma deficiência e pode dela se desfazer a qualquer momento.

Também irrompeu, na década de 1990, a expressão “pessoas com necessidades especiais” e “pessoas especiais”. Nesse mesmo período, surgiram expressões como “crianças especiais”, “pessoas especiais”, “pacientes especiais” em uma tentativa de suavizar os estigmas ligados à palavra “deficiente”. Contudo, uma problemática se impôs também ao emprego da palavra “especiais”, já que ela qualificava todas as pessoas, independente de quaisquer diferenças que pudessem apresentar. Não podemos deixar de pontuar que essas denominações eram também uma tentativa de delimitar essa população a que se estava referindo, em uma estratégia biopolítica das autoridades para controlar esses corpos.

Em junho de 1994, um evento marca outra reviravolta no processo de nomeação — a Declaração de Salamanca, um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, ocorrida na Espanha. O referido texto recomendava a educação inclusiva para todos, com ou sem deficiência.

De 1990 até hoje, inúmeros eventos capitaneados por pessoas “com deficiência” são organizados, e pessoas “com deficiência” passou a ser uma expressão cada vez mais

proferida por boa parte da sociedade. Essa designação ganhou bastante adesão por parte das “pessoas com deficiência”, as quais, em evento das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife, em 2000, pediram ao público para adotar o termo (Sassaki, 2011).

O grupo que adota a expressão “pessoas com deficiência” admite que a expressão produz vários sentidos, entre os quais Sassaki (2011) destaca o fato de não esconder ou dissimular a deficiência; não insinua que todas as pessoas têm deficiência e frisa as diferenças e necessidades decorrentes da condição. Além disso, essa designação não mitiga as diferenças, como as expressões “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”. O autor acredita que, ao serem assim nomeadas, as pessoas com deficiência podem ser mais respeitadas em seus direitos.

Observando as “condições de existência” do enunciado, especificando seus limites e estabelecendo suas “correlações com outros enunciados a que pode estar ligado”, vale destacar Silva (2012, p. 141), para quem:

ao longo da história da humanidade, sempre houve uma tensão entre o que é considerado “normal” e o anormal, devido ao estranhamento causado pelo contato com a diferença, em especial a física. Essas relações derivaram, sempre, de regimes de verdade que possibilitaram o reconhecimento e o tratamento das pessoas com deficiência em determinados dispositivos de ordem política, econômica e cultural e, conseqüentemente, em mecanismos de exclusão/inclusão que possibilitaram o controle da população na/pela história.

Na busca das relações do enunciado sobre o sujeito autista com outros enunciados, cabe também destacarmos que, subjacente ao surgimento desses enunciados apontados por Sassaki (2011), muitos acontecimentos irrompiam pelo mundo inteiro e, de algum modo, formavam uma positividade que incidia sobre a forma de as pessoas entenderem a deficiência e a pessoa com deficiência. Podemos citar eventos como o fortalecimento das propostas de globalização e a necessidade de inclusão que ela exigia; o desenvolvimento das tecnologias de informação; e a “constituição do sujeito com deficiência em práticas discursivas midiáticas, mediante a crescente visibilidade conferida às materialidades significantes”, voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo na mídia televisiva (Silva, 2012, p. 140).

Somamos a esse rol de acontecimentos que fortaleceram o olhar para o autismo o desenvolvimento de economias até então pouco promissoras e o encolhimento de grandes potências econômicas dos séculos anteriores, além de muitos outros episódios que

fizeram o mundo, no século XX, experimentar novas formas de entender a realidade.

Cabe também comentarmos a forma de visibilidade do corpo “deficiente” ao longo da história. Segundo Courtine *et al.* (2008), no final do século XIX a meados do século XX, o corpo enfermo foi paulatinamente dissociado do sentido da monstruosidade — tão evocado em séculos anteriores —, tornando-se objeto da ciência, a qual buscava instrumentos para reabilitá-lo. Esse processo exigiu a inauguração de instituições e tecnologias ortopédicas, o que possibilitou a integração do corpo deficiente na sociedade, por meio do trabalho. O autor enfatiza que a enfermidade foi reconhecida com mais clareza pela sociedade depois da Primeira Guerra Mundial, período em que muitos “soldados mutilados ou com traumas psíquicos”, que voltavam da guerra, aliaram-se a acidentados de trabalho e passaram a reivindicar assistência, despertando, desse modo, “a solidariedade coletiva”. Dessa forma, a sociedade passa a entender que tinha uma dívida para com a deficiência corporal (Courtine *et al.*, 2008, p. 306-307).

A causa da deficiência sensibilizou organizações internacionais, comandadas pela Organização das Nações Unidas, entre elas o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Refugiados e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) “desenvolveram um contínuo e silencioso trabalho a fim de que a reabilitação chegasse à maioria dos países do mundo.” (Silva, 2012, p.148).

Várias medidas de alcance universal, aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, foram tomadas, entre as quais estão as Declarações dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental, em 1971, e a dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975. Esses documentos buscaram estabelecer formas de conduta para o tratamento igualitário da questão, considerando o fato de a assistência à deficiência física se sobrepor às demais.

Nos dois documentos, o termo “pessoa deficiente” corresponde a “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais”. (Silva, 2012, p. 147).

Nessa época, é oficializado o direito ao exercício pleno de cidadania aos sujeitos com deficiência, com acesso à saúde, educação, moradia e capacitação profissional, e nessa proposta não podemos deixar de observar o poder agindo, novamente, para tornar essas pessoas úteis e produtivas à sociedade.

No Brasil, também concorreram para a possibilidade de visibilidade das pessoas com deficiência os movimentos de redemocratização do Brasil e a elaboração da Constituição de 1988, batizada de Constituição Cidadã, a qual foi organizada sob a égide da vontade de fazer um país mais igualitário. Do ponto de vista arqueogenealógico, esses acontecimentos constituem o *a priori* histórico, um campo fértil para que as reflexões acerca da pessoa com deficiência viessem à tona e contribuíssem para forjar o entendimento sobre essa população.

Nessa constelação de enunciados, conforme já explicitado, o autismo surge como uma realidade que determina a diferença de certas pessoas pela forma de se comunicar, de se relacionar com seu meio e entra no rol dos transtornos da saúde. Hoje, ao se referirem ao sujeito com essa condição, por meio da expressão “pessoa com autismo”, ou “pessoa autista”, os profissionais da saúde se filiam a um domínio de memória de lutas sobre a inclusão de pessoas com deficiência, que defende a visão de que ser autista não define o potencial da pessoa.

Esse conjunto de enunciados ligados ao campo do saber sobre o autismo se relaciona a uma grande variedade de concepções sobre o tema, as quais remetem, também, ao percurso de transformações e avanços científicos acerca do assunto. Entretanto, a heterogeneidade de enunciados, a fim de defini-lo, demonstra que há descontinuidades na ciência a respeito do tema e atesta ainda que quem busca referências para aprofundar seus conhecimentos terá dificuldades em construir um entendimento seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de analisar a objetivação da pessoa autista em um arquivo científico, nesta pesquisa, foram analisados três resumos de artigos científicos de uma plataforma de trabalhos sobre Ciências da Saúde, a plataforma LILACS. De base qualitativa, o estudo partiu, principalmente, da perspectiva do método arqueológico, cujo objetivo é descrever as regras que regem as práticas discursivas de uma sociedade, em certa época.

Para respondermos à pergunta norteadora do estudo - como a pessoa autista é objetivada/subjetivada no discurso de médicos e outros profissionais da saúde?- acionamos os conceitos de enunciado, arquivo, discurso, poder e sujeito e outros, propostos por Michel Foucault (2008). Desse modo, buscamos as condições de

possibilidades de emergência de enunciados encontrados no *corpus* da pesquisa, as suas condições de existência e as correlações desses enunciados com outros a que estão ligados. Também foi necessário mostrar que outras formas de enunciação o *corpus* exclui.

As conclusões da pesquisa mostram que, neste arquivo, médicos e profissionais da saúde se valem de três formas de objetivação das pessoas autistas: i) autistas, ii) personas con trastorno del espectro autista (em tradução livre - pessoas com transtorno do espectro autista); e iii) pacientes con/com TEA. Entre as designações não encontradas, portanto “excluídas”, está o enunciado formado pela locução “com autismo”. Por isso, não encontramos termos como “pessoa com autismo”, “paciente com autismo”, “criança com autismo” etc.

Ao buscarmos as condições de existência desses enunciados, vimos que eles se filiam a práticas discursivas de diferentes momentos, e mantêm correlações com enunciados ligados às “deficiências” em geral, conforme apontado no estudo de Sasaki (2011). Esses enunciados, por sua vez, estão imbricados em relações econômicas, políticas, científicas e outras. Assim, as descontinuidades em relação aos modos de referência ao sujeito autista sugerem que, nesse recorte de discursos em análise, há uma tentativa de inserir as pessoas autistas em um grau de normalidade que as “enquadre/encaixe” em alguns parâmetros sociais necessários a uma época.

Identificamos que existem lacunas de conhecimentos científicos mais estáveis sobre o autismo, o que gera uma variedade de expressões e palavras para designar a pessoa autista, que são convenientes a campos como política, economia, cultura. A objetivação das pessoas autistas denota relações de saber-poder entre instituições, técnicas de disciplinarização e regulamentação. Essas práticas discursivas fazem do sujeito autista um efeito, uma construção que vai além dos traços biológicos desse corpo.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al.. **DSM-5**. Manual Diagnóstico y Estadístico de los Trastornos Mentales. DSM-5®. Edición: 5ª. Editorial Médica Panamericana. 2014.
- CARVALHO, L. A. V. D., FERREIRA, N. D. C., & FISMAN, A. Autismo e mapas corticais. **J. bras. psiquiatr**, 2000.
- CHIMURA, Willian. **Sou autista ou Pessoa com autismo**. Youtube, 8 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fAUXmQMn4Cc>. Acesso em: 03 de setembro de 2023.

- COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. **História do corpo 3**. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Dreyfus, Hubert L.; Rabinow, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **Historia da loucura na idade média**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** - história da violência nas prisões. 24a-ed., 2001.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**, 13ª Edição. *Rio de Janeiro: Edição Graal*, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na idade clássica**. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- Foucault, Michel. **História da sexualidade 1**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 2001.
- GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas-Revista de Estudos Linguísticos**, vol. 14, nº 2, 2010.
- GORE, Jennifer M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- GRANDIN, Temple. **O cérebro autista**. Temple Grandin, Richard Panek; Tradução 16ª ed. Cristina Cavalcanti – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2022.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras** ISSN: 0104-0944, vol. 1, nº 43, 2016, p. 06-25.
- MANUAL DE ORIENTAÇÃO. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Sociedade Brasileira de Pediatria. Transtorno do Espectro do Autismo. [S. I.], n. 5. abr., 2019. Disponível em: <www.sbp.com.br> Acesso em 10 de agosto de 2022.
- REVEL, Judith. Biopolítica. In: _____. Michel Foucault: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovasani. São Carlos/SP: Claraluz, 2005, p.26-28
- RIOS, C., & CAMARGO, K. R. Especialismo, especificidade e identidade - as controvérsias em torno do autismo no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24, 2019.
- ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Michel Foucault e o Direito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- SALCEDO, Diego. Por um debate conceitual sobre arquivos a partir de Michel Foucault. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 100–115, 2022. DOI: 10.21728/logcion.2022v8n2.p100-115. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5914>. Acesso em: 30 set. 2023.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-biental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao> Acesso: 01 de setembro de 2023.

SILVA, Angela Batista; PECHULA, Marcia Reami. **Editando vidas: DSM-V e o controle bio-político da saúde mental**. Anais eletrônico do 15º Encontro Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis: Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016. Disponível em:

https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1471266025_ARQUIVO_TEXTO_COMPLETO-XVSNHCT-2016ANGELA-MARCIA-corrigido.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

SILVA, Erica Danielle. A (in)visibilidade da monstruosidade do corpo deficiente na/pela história e a produção de sentidos na contemporaneidade (The (in)visibility of the disabled body monstrosity in/for the history and the production of meanings in the contemporary times). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 139-156, 2012. DOI: 10.22481/el.v10i1.1177. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1177>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, Micheline and MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicol. cienc. prof.** [online]. vol.29, n.1, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO [OMS]). **International Classification of Diseases**, 11th revision (ICD-11). Genebra, OMS, 2022. Disponível em inglês: <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.